Ata da reunião ordinária nº 1615 do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, realizada no dia 12 de agosto de 2026.

No dia doze de agosto, do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h30, na sala dos Conselhos, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Administração, sob a presidência da Reitora, Profª Dra. Andréa Name Colado Simão, com a presença do Vice-Reitor, Prof. Dr. Miguel Belinati Piccirillo e dos seguintes Conselheiros: Laura Taddei Brandini, João Antonio Cyrino Zequi, Alex Eduardo Gallo, Alan Salvany Felinto, Carlos Eduardo Caldarelli, Carrie Chueiri Ramos Galvan, Inês Cristina de Batista Fonseca, José Fernando Mangili Junior, Luis Alberto Garcia de Freitas, Aurélio Pereira, Waldiceu Verri Junior, Benedita Gonçalves de Assis Ribeiro, Soraia Martinez Silva Carmo, Marci Batistão, Vera Lúcia Tieko Suguihiro e Amauri Alcindo Alfieri. Convidados: Denise Maria Fank de Almeida, Silvano César da Costa, Vinícius de Melo Silva e Marcio Moraes. **I. ORDEM DO DIA. 1) Discussão e votação da ata da reunião 1614 de 29 de julho de 2026.** Prof. João Zequi solicitou duas correções na ata: na folha 166, linha 12, substituir “biocida” por “bioinseticida”. Na folha 177, linha 35, suprimir o termo “gerando perseguições”. Colocada em regime de votação, a ata foi aprovada com 1 (uma) abstenção, com as correções sugeridas. Antes de passar para o item 2 da pauta, a Reitora contextualizou as ações da universidade em relação aos casos de abuso e medidas disciplinares. Relatou que, desde o início da gestão em 10 de junho, o Comitê de Direitos Humanos e Ações Afirmativas, coordenado pela professora Paula Marques, ganhou maior liberdade e tem ouvido diversos grupos envolvidos em ações contra a violência de gênero. Com base nisso, a procuradoria jurídica unificou dois atos executivos anteriores em um novo ato que garante maior proteção às vítimas. Esclareceu que as denúncias estão sendo apuradas seguindo o rito normal e de proteção, tanto para o acusado quanto para a vítima, com prioridade máxima dentro da universidade. Mencionou que os fluxos da ouvidoria estão sendo ajustados após notificações da Controladoria Geral do Estado sobre encaminhamentos inadequados. Destacou a importância de registrar em ata que muito tem sido feito, elogiando o trabalho ético e técnico da professora Paula na condução do comitê e o diálogo mantido com o DCE. A Diretora do Sebec, Profª Denise Fank complementou as informações relatando uma reunião ocorrida com o Ministério Público Estadual, para o lançamento de uma campanha de sensibilização. Informou que está sendo formalizada uma parceria para a produção de

materiais informativos, como cartazes e slogans, que serão utilizados pelas universidades públicas do Paraná para ampliar a visibilidade das ações de combate à violência. A Reitora informou sobre uma reunião iminente com a Secretária de Estado para apresentar as ações em defesa das vítimas de violência de gênero. Ressaltou que a universidade também enfrenta outros tipos de violência, citando o caso de um funcionário que retornou por força judicial e apresenta problemas de alcoolismo na Clínica Odontológica (COU), gerando a necessidade de proteger os servidores daquela unidade. Informou que o professor Miguel Piccirillo está acompanhando o acolhimento desses funcionários e que estão sendo estabelecidos novos fluxos de segurança e atendimento, inclusive para o uso de ambulâncias no campus. Prof. João Zequi relatou sua participação nas reuniões e enfatizou a importância do diálogo direto com os estudantes para evitar confrontos desnecessários. Mencionou episódios no CCB onde cartazes de protesto foram afixados e houve registro de pichações. Defendeu que a direção deve ter "jogo de cintura" para lidar com as argumentações dos alunos e que a união entre as direções de centro e a reitoria é fundamental para construir soluções conjuntas, especialmente em casos complexos envolvendo medidas protetivas e trocas de turmas. Reforçou que o aluno deve saber onde buscar apoio oficial para não recorrer a vias laterais que complicam a situação. A Reitora aprovou a decisão conjunta de não remover faixas de protesto no CCB e no RU, explicando que a retirada poderia ser interpretada como um ato contra os alunos. Afirmou que a estratégia foi permitir que as manifestações ocorressem sem confronto, o que resultou na resolução natural do movimento e na continuidade dos diálogos com os grupos envolvidos. Após isso, a reitora foi avisada que o Comitê de Direitos Humanos não constava no site da universidade, e esta determinou a correção imediata.- **2) Processo 25.962.445-2 - deliberar acerca do Relatório de Atividades da Casa de Cultura da UEL, referente ao ano de 2025 (Relatora: Profª Dra. Marta Dantas).** A Reitora deu início à discussão do processo informando que a matéria já havia sido deliberada e aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Justificou a ausência da professora Marta Dantas e relatou os pontos centrais discutidos anteriormente para subsidiar o Conselho de Administração. Ressaltou que o relatório aponta um grande volume de apresentações e público no Teatro Ouro Verde, bem como visitas escolares expressivas na Divisão de Artes Plásticas (DAP). Contudo, enfatizou que as carências de 2025 repetem as de 2024, destacando a falta crítica de operadores de palco, dificuldades nos processos de manutenção, segurança e na contratação de músicos para a orquestra.

Detalhou as tratativas realizadas junto à Secretaria de Estado da Cultura, explicando o funcionamento do Palco Paraná, uma instituição independente de gestão cultural que pode ser contratada por universidades (modelo já utilizado pelo Teatro Guaíra) para gerir recursos estaduais. Informou que, após uma aproximação inicial, tão, o professor Miguel consolidou a negociação de um recurso estimado entre R$ 5 e 6 milhões para os próximos cinco anos. Esclareceu que este montante será destinado à manutenção do Teatro Ouro Verde e à equipe da orquestra. Além disso, anunciou que, neste convênio do Palco Paraná, a UEL solicitou a inclusão como organizadora principal do Festival de Música e do Festival de Teatro de Londrina, eventos nos quais a universidade atuava apenas como apoiadora. Informou que, para viabilizar o recebimento dessas verbas como recurso de tesouro, a administração estabeleceu uma dotação orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o próximo exercício, com código próprio. Profª Carrie Galvan parabenizou a Casa de Cultura pelo relatório, destacando que, apesar das limitações de recursos humanos, as atividades foram mantidas "a pleno vapor". Enfatizou que o ano em questão foi um dos que a orquestra teve mais atividade, demonstrando o empenho da equipe. Profª Inês Fonseca manifestou preocupação com as taxas cobradas pela FAUEL e pelo sistema de ingressos. Questionou se, para órgãos suplementares como a Casa de Cultura, o modelo de Contrato de Gestão não seria mais vantajoso que o de PAS, mencionando que a gestão anterior havia sido aconselhada nesse sentido. O Procurador Jurídico, Vinícius Melo informou que precisaria estudar o modelo jurídico ideal para a orquestra, mas confirmou que a solução imediata será via Contrato de Gestão com o Palco Paraná. Segundo ele, este modelo, similar ao utilizado pelo Teatro Guaíra, deverá suprir as necessidades de recursos e manutenção, com previsão de rubrica própria na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o próximo exercício. Profª Inês interveio para confirmar se o acordo com o Palco Paraná seria, de fato, um contrato de gestão e a Reitora explicou que o contrato é firmado entre a universidade e o Palco Paraná, que funciona como uma instituição independente para a gestão cultural. Profª Inês sugeriu que a universidade deveria rever outros acordos de PAS que poderiam ser convertidos em contratos de gestão, citando o caso do Hospital Veterinário (HV). Afirmou que as fundações foram regulamentadas a partir de 2022 e que a orientação jurídica anterior já apontava que o HV não deveria operar por PAS. A Reitora questionou por que essa mudança para contrato de gestão não foi realizada anteriormente, se já havia parecer jurídico orientando a alteração há mais de um ano. Profª Inês respondeu que a mudança não

ocorreu por ser um processo recente e devido à transição de gestão, tendo sido feito o PAS temporariamente para posterior migração. Prof. João Zequi informou que as taxas de interveniência do PAS giram em torno de 7,5%. Relatou a finalização de um Grupo de Trabalho (GT), coordenado pelo professor Paulo Liboni, que regulamentou o PAS e assessorias docentes, sugerindo que essa minuta seja trazida ao conselho para discussão e fechamento, visando melhorar o gerenciamento desses recursos. Profª Inês observou que, até recentemente, apenas o HUTEC possuía autorização para realizar contratos de gestão, o que justificava o uso predominante do modelo PAS anteriormente. Profª Andréa concordou com a necessidade de verificar a nova interpretação jurídica. Solicitou o número do protocolo do relatório final do GT mencionado pelo Prof. João Zequi para que pudesse dar andamento e agilizar os processos, verificando se há necessidade de novo parecer jurídico. Prof. João Zequi reiterou que o relatório do GT está finalizado e que é necessário extinguir os chamados "PAS guarda-chuva". A Reitora se comprometeu a buscar o relatório do GT e a verificar as tratativas, visando encaminhar as melhorias administrativas necessárias para o conselho.

Prof. Alan Felinto iniciou sua fala parabenizando a Casa de Cultura e destacando a importância da manutenção desse órgão para a universidade e para a sociedade. Ressaltou que, embora o conselho discuta questões burocráticas como custos e Planos de Apoio ao Serviço (PAS), é fundamental destacar os impactos sociais do trabalho realizado, como a integração entre as comunidades interna e externa e o acesso democrático à cultura por meio de preços acessíveis. Enfatizou os seguintes pontos positivos observados no relatório: Promoção da Diversidade: A exibição de filmes de diversas nacionalidades e temáticas que estimulam o respeito às diferenças culturais e sociais. Impacto Educacional e Interdisciplinaridade: A relação das obras audiovisuais com áreas como sociologia, psicologia, direito e gerontologia, promovendo formação crítica, debates e reflexões. Acesso ao Repertório: A oferta de obras que dificilmente seriam acessadas fora do ambiente universitário, contribuindo para a apropriação de repertório pelos frequentadores. Valorização e Preservação: A preservação e difusão cultural que valorizam a arte imaterial e contribuem para a produção científica e estética da instituição. Prof. Alan observou especificamente que a área de filmes se mostra muito forte no relatório, superando outras áreas em termos de volume e impacto. Finalizou reiterando os parabéns à equipe da Casa de Cultura pelo trabalho de interação com a sociedade e pela provisão de uma visão de mundo diferenciada. Colocado em regime de

votação, o Relatório de Atividades da Casa de Cultura da UEL, referente ao ano de 2025, foi aprovado por unanimidade. **3) Processo 26.046.418-3 - deliberar acerca do valor da mensalidade do Curso de Especialização em Gestão Industrial e Negócios (Relator: Prof. Dr. Waldiceu Verri Junior).** Prof. Waldiceu contextualizou que o curso é tradicional na instituição, tendo sido criado em 1994 e passado por reestruturações anteriores nos anos de 2004 e 2012. Informou que a nova proposta de reestruturação visa o início de turmas no primeiro semestre de 2027 e detalhou que as principais alterações solicitadas incluem: Duração e Matriz Curricular: O curso propõe o aumento da duração de 12 para 18 meses, acompanhado de uma reformulação das disciplinas e da estrutura acadêmica. Plano Orçamentário e Mensalidades: Após a reformulação da planilha orçamentária, solicitou-se a alteração no número de parcelas e nos valores das mensalidades. O modelo atual de 15 parcelas de R$ 390,00 será alterado para 18 parcelas de R$ 330,00. O professor ressaltou que todos os valores foram devidamente calculados e que o processo já foi avaliado por todas as instâncias administrativas e acadêmicas competentes, estando apto para a apreciação final e deliberação pelo Conselho de Administração. Colocado em regime de votação, o valor da mensalidade do Curso de Especialização em Gestão Industrial e Negócios, foi aprovado por unanimidade. Ver Resolução CA Nº 055/2026. **4) Processo 26.098.821-2 - deliberar acerca da solicitação de aditamento quantitativo ao Contrato Administrativo no 361/2026, referente ao acréscimo de postos de trabalho para atendimento às demandas do Restaurante Universitário e da Divisão de Nutrição e Dietética do Hospital Universitário (Relatores: Amauri Alfieri e Marcio Moraes).** Prof. Amauri informou que o Restaurante Universitário (RU) solicita 4 auxiliares operacionais e 1 cozinheira para substituir servidores que se aposentaram, destacando que é impossível operar a cozinha sem essas reposições. Para o Hospital Universitário (HU), a demanda é de 2 postos diurnos e 1 noturno de auxiliar operacional, justificada pelo crescimento de 53,5% no número de leitos desde 2019 (de 280 para 430 leitos). Detalhou que o impacto financeiro para os 5 meses restantes de 2026 é de R$ 146.428,55, valor que a Proplan indicou poder ser absorvido pelo orçamento atual mediante ajustes. O Chefe de Divisão do RU, Marcio Moraes, enfatizou que o pedido é essencial para o RU, que enfrenta dificuldades diárias devido ao absenteísmo e à falta de pessoal, o que frequentemente resulta no fechamento de guichês de atendimento. Explicou que o contrato atual é emergencial e que a licitação definitiva, para um contrato de até 10 anos, já está em andamento. A Reitora

questionou o fato de as aposentadorias citadas no processo terem ocorrido em 2023, 2024 e 2025 e indagou por que a solicitação de reposição só foi feita agora e onde foi aplicado o recurso dessas vagas "extintas ao vagar" nos anos anteriores. Márcio justificou que o contrato anterior estava estagnado no limite de 25% de aditivos, impedindo novas reposições. Com o contrato novo partindo do "zero", abriu-se a possibilidade jurídica de incluir esse pessoal para ajudar na manutenção do dia a dia. A Reitora observou o fato de esse tipo de processo não ter passado anteriormente pelo conselho, o que impedia o controle administrativo das vagas. Observou que a universidade acaba arcando com os custos dos terceirizados com recursos próprios até que o estado suplemente o orçamento no ano seguinte, e que pretende trabalhar com a PRORH para prever aposentadorias e evitar esse ônus financeiro. Prof. João Zequi afirmou que o RU é imprescindível e que a falta de poucos funcionários compromete todo o esquema de atendimento. Defendeu o rastreamento rigoroso dos cargos extintos para que o recurso não seja "diluído" na universidade por pressão de determinados setores. Concordou que, por se tratar de serviço essencial, a universidade deve encarar o custo com recurso próprio temporariamente. A Reitora informou que o governo paga cerca de R$ 45.000,00 anuais por posto, mas a universidade gasta aproximadamente R$ 59.000,00, gerando um déficit que a administração pretende renegociar junto ao Estado. Reforçou que a aprovação é vital para o funcionamento do RU e que, no caso do HU, o pagamento ocorre via recurso da saúde (SUS). Profª Inês relatou a situação crítica da Fazenda Escola, que operava com 30 funcionários e hoje tem apenas 16, sendo que, dos 12 que atuam no campo, 7 têm mais de 60 anos. Questionou a demora no atendimento de um protocolo de pessoal enviado em 1º de abril e solicitou que as demandas de outros órgãos suplementares também sejam pautadas.

Prof. Miguel explicou que o perfil de "técnico agrícola" solicitado pela Fazenda não constava nos contratos vigentes, o que exigiu análise da Proplan. Profª Inês reiterou que o processo ficou parado, chegando à Proplan apenas em maio e começando a tramitar efetivamente em julho. A Reitora esclareceu que a tramitação célere do processo só ocorreu após a posse da nova gestão em junho. Propôs uma estratégia junto ao professor Silvano (PCU) para utilizar contratos de serviço e manutenção para suprir as carências operacionais da Fazenda de forma mais ágil do que um novo contrato específico. Aurélio Pereira classificou o quadro de pessoal técnico como "caótico" e lembrou que cargos operacionais estão sendo extintos sistematicamente desde 2005, o que precariza serviços como por exemplo, o Centro de

Educação Infantil. Defendeu que a universidade busque soluções políticas e legais para recuperar o quadro técnico. Prof. Fernando Mangili questionou se os valores previstos para os postos já contemplavam o adicional de insalubridade e de quem seria a responsabilidade pelo pagamento (foi confirmado que a Reitora defendeu que a terceirização é preferível ao "chamamento público", pois garante direitos básicos como 13º salário e férias, além de respaldo em caso de doença, o que não ocorre no chamamento). O Procurador Jurídico, Vinícius Melo, relatou a precarização extrema do modelo de chamamento, citando casos de técnicos que, ao adoecerem, ficam sem qualquer remuneração por receberem apenas por hora trabalhada. Prof. Alan Felinto criticou a falta de um planejamento estratégico financeiro, notando que a universidade gasta quase o dobro do que o estado repassa por posto terceirizado. Questionou a ausência de uma reserva de contingência (10%) para imprevistos e quis saber de onde exatamente sairia o recurso para cobrir o déficit. O Diretor de Orçamento, Alécio Fontes explicou que o orçamento é estimado e não possui reserva fixa de 10%, mas que as emergências são cobertas pelo remanejamento de rubricas que não serão totalmente executadas, além do uso de recursos próprios recuperados recentemente. A Reitora admitiu que não havia planejamento estratégico anterior e que a gestão está implementando ferramentas de Business Intelligence (BI) para monitorar o orçamento em tempo real. O Diretor do HV, prof. Ulisses de Pádua, relatou problemas no Hospital Veterinário, onde residentes chegam atrasados a cirurgias devido às filas no RU. Informou que funcionários idosos estão sobrecarregados carregando sacos de feno e esterco, e que solicitará postos de "auxiliar de agropecuária" nos próximos contratos para atender ao HV e à Fazenda. Mencionou ainda o uso de chamamento para radiologia e patologia em turnos específicos. Profª Carrie Galvan observou que o CCS também sofreu perdas de técnicos operacionais que não foram repostos e defendeu que a substituição seja planejada com base na idade e iminência de aposentadoria dos servidores, e não apenas por aditivos emergenciais. Soraia Martinez informou que o trabalho de composição de preços e quantitativos para os novos contratos de limpeza e manutenção do campus e do HU já está avançado. Vinícius ressaltou que a dinâmica do HU mudou administrativamente por estar agora submetido à SESA. A Reitora informou que verificará o orçamento para garantir que esses postos sejam mantidos e expandidos conforme a necessidade dos órgãos suplementares. Prof. João Zequi apelou por um estudo técnico para confrontar o governo estadual sobre o déficit de pessoal, citando que o CCB necessita de 38 técnicos conforme a LGU, mas opera muito

abaixo disso, prejudicando cursos de nota alta na CAPES. Defendeu que a universidade use argumentos técnicos para exigir concursos acima do limite de 80%. A Reitora concordou com o Prof. João Zequi e informou que já pleiteou junto à SETI a contratação de nível superior acima do limite. Vinícius alertou para o grave risco jurídico de a universidade e o HU contarem com apenas um advogado para analisar todo o volume de processos e licitações, o que pode gerar responsabilização pessoal por falhas despercebidas. Profª Inês pediu esclarecimentos se o valor de R$ 146 mil se referia apenas ao período até dezembro de 2026 e a Reitora confirmou que o valor cobre o exercício de 2026 e que, para 2027, o planejamento será incorporado à nova LOA. Colocada em regime de votação, a solicitação de aditamento quantitativo ao Contrato Administrativo no 361/2026, referente ao acréscimo de postos de trabalho para atendimento às demandas do Restaurante Universitário e da Divisão de Nutrição e Dietética do Hospital Universitário, foi aprovada por unanimidade. **5) Processo 26.308.068-8 - deliberar acerca da solicitação de contratação de auxiliares administrativos terceirizados para atendimento às demandas apresentadas pelas unidades da Universidade (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).** Prof. Amauri relatou que a solicitação partiu da PCU para a contratação de 11 auxiliares administrativos, visando atender demandas represadas na PRORH, Clínica Odontológica (COU), Proplan, Editora, Museu Histórico, Ouvidoria, NEAB, TV UEL e Biblioteca Central. Detalhou que a COU solicitou dois postos financiados por recursos do SUS, enquanto as demais nove vagas seriam custeadas por recursos próprios, com impacto de R$ 183.148,20 para 2026 e R$ 439.555,68 para o exercício de 2027. A Reitora contextualizou que foram identificados dois contratos de 2025 nos quais a UEL possuía uma reserva de 30 vagas, das quais apenas seis estavam ocupadas. Informou que, após reuniões com o PRORH e PROPLAN, decidiu-se utilizar as 24 vagas remanescentes para atender prioridades urgentes. Ressaltou que a COU não dá prejuízo e pode arcar com seus próprios funcionários via recurso SUS, o que resolve o problema de deslocamento constante de servidores para aquela unidade. Prof. Miguel defendeu a necessidade das contratações para órgãos suplementares como a Ouvidoria, que opera apenas com a ouvidora e um estagiário, e o NEAB, onde a coordenadora trabalha praticamente sozinha. Mencionou também carências na TV UEL, Museu e na Editora. O Prefeito do Campus, Prof. Silvano Costa, esclareceu que a gestão do contrato em questão pertence à PCU, razão pela qual o ofício de solicitação tramitou por aquela unidade. Prof. João Zequi apresentou dados do relatório da

Clínica Psicológica, informando que, em 2025, a unidade realizou 5.644 atendimentos de pacientes. Ressaltou que esses atendimentos ocorrem em três turnos, o que gera uma pressão administrativa constante sobre a unidade. Ele contextualizou a dificuldade histórica de alocação de servidores para órgãos suplementares, uma vez que a Lei Geral das Universidades (LGU) não prevê pessoal específico para esses setores. Questionou a natureza da contratação, alertando que a terceirização no Estado não pode ser para atividade-fim, apenas atividade-meio. Demonstrou preocupação com a segurança de dados na Ouvidoria caso um terceirizado tenha acesso a processos sigilosos e criticou a ausência de um parecer jurídico específico no processo. Questionou ainda critérios como a exigência de pessoal do sexo masculino para a biblioteca. Por fim, defendeu que o processo de contratação precisa de uma fundamentação técnica mais robusta, com dados claros de atendimento (como os da clínica) e pareceres jurídicos específicos para cada vaga. Criticou o fato de a Clínica Psicológica não ter sido contemplada inicialmente na lista de prioridades da administração, apesar de sua alta produtividade e carência de pessoal, e solicitou que o conselho agisse com cautela para evitar futuros questionamentos do Tribunal de Contas. A Reitora defendeu a metodologia adotada pela gestão, afirmando que a universidade não pode repetir o erro estratégico cometido no ano anteior com a Casa de Cultura, quando se condicionava o atendimento de qualquer òrgão Suplementar o ao atendimentos. Enfatizou que as contratações estão sendo realizadas com base nas demandas que chegam formalmente à administração e que, agora que a necessidade da Clínica Psicológica foi explicitada em plenário, ela será trazida para deliberação, garantindo que as solicitações não ficarão mais represada". Prof. Ulisses ressaltou que as demandas dos órgãos suplementares possuem características muito específicas que não são contempladas por métricas padrões de gestão. Relembrou que a universidade já havia formado um Grupo de Trabalho (GT) e sugeriu que a administração pudesse resgatar esse grupo, analisar as respostas e resultados que já haviam sido obtidos por ele e, se necessário, reativar as reuniões desses grupos de trabalho. Argumentou que o Hospital Veterinário (HV) e a Fazenda Escola possuem particularidades que os diferenciam de outros órgãos, como o Hospital Universitário (HU). Citou exemplos práticos, como o cuidado com animais 24 horas por dia, problemas de segurança e a exigência física para o trabalho de campo (como carregar sacos de feno e esterco), destacando que cálculos de pessoal baseados meramente em "metro quadrado" para limpeza e zeladoria são insuficientes para essas unidades. Defendeu que a reativação do GT seria fundamental

para realizar esses refinamentos de gestão necessários e tratar adequadamente as disparidades no déficit de servidores, visando atender às demandas técnicas específicas de cada setor. A Reitora questionou as categorias funcionais dos servidores que estão se aposentando no HV (superior, médio ou operacional) para avaliar a forma de reposição. Vinícius informou que para o nível médio a universidade já possui concursos e PSS vigentes, o que permite a reposição imediata dentro das normas da LGU sem ônus extra de recursos próprios. Profª Andréa orientou o professor Ulisses a encaminhar a demanda ao RH para que a reposição seja feita via PSS ou concurso de forma ágil. O professor Ulisses citou que as aposentadorias ficaram paradas. A Profª Vera Suguihiro relatou a "herança" de 3.000 dossiês de aposentadoria parados da gestão anterior e a criação de uma força-tarefa na PRORH para regularizar esses processos até dezembro. Informou que o sindicato (ASUEL) judicializou a questão, mas que a gestão atual está empenhada em resolver o passivo. A Reitora informou que o presidente da ASUEL era o antigo controlador da universidade e deveria ter ciência do represamento dos dossiês. Ressaltou que a responsabilidade administrativa pelo atraso é das gestões anteriores ao dia 10 de junho. Aurélio Pereira afirmou que todos os setores alegarão urgência devido à falta geral de pessoal, mas que, diante do caos atual, a contratação via terceirizados é a solução viável no momento. Prof. Mangili solidarizou-se com a preocupação do Prof. João Zequi quanto à Ouvidoria, pedindo atenção especial ao manejo de dados sensíveis por pessoal não efetivo. A Reitora propôs como solução remanejar um funcionário efetivo para a Ouvidoria e colocar o auxiliar terceirizado na vaga deixada por esse servidor, garantindo a segurança das informações. Profª Laura manifestou preocupação com o remanejamento de rubricas orçamentárias não explicitado no processo. Pediu vistas do processo para consultar os agentes universitários do CLCH antes de votar, alegando que se trata de contratação de técnicos administrativos. O Procurador Vinícius corrigiu a interpretação da profª Laura, esclarecendo que o contrato é para auxiliares administrativos (operacionais) e não para técnicos, o que é juridicamente permitido. Profª Marci Batistão defendeu que atividades complexas em pró-reitorias e órgãos como a Gráfica devem ser exercidas por servidores de carreira para garantir a continuidade e a formação técnica, sugerindo que terceirizados fiquem em funções menos especializadas. Vinícius explicou as regras regimentais para o pedido de vistas, que pode variar de 24 a 72 horas. A Reitora defendeu a urgência da matéria e reiterou que o contrato é legal, já tendo sido utilizado pela gestão anterior para

a contratação de seis pessoas. Prof. João Zequi insistiu na necessidade de um parecer jurídico no processo para definir claramente as atividades meio e fim, visando evitar problemas futuros com o Tribunal de Contas. A Reitora negou o novo parecer jurídico, afirmando que a legalidade do contrato já foi atestada quando a universidade aderiu à licitação do Estado e que o contrato é um documento público. Prof. João Zequi afirmou que os conselheiros precisam de dados técnicos mais robustos e justificativas detalhadas de cada órgão para votar com segurança. Solicitou acesso imediato ao contrato, alegando não conseguir localizá-lo nos sistemas internos. Profª Andréa informou que o contrato já havia sido enviado via WhatsApp, para agilizar a análise. A Reitora enfatizou que houve um erro de interpretação na leitura do processo por parte de alguns conselheiros. Reforçou que a proposta está "colocada de uma forma adequada" e dentro da legalidade, uma vez que a contratação de auxiliares operacionais para funções administrativas é permitida e o contrato em questão já está vigente na universidade, com seis pessoas contratadas pela gestão anterior. Pontuou que a confusão entre terceirização de "finalidade fim" e terceirização de "auxiliar administrativo" pode ter gerado ruídos externos, inclusive motivando pedidos de acesso ao processo pelo sindicato (ASSUEL). Mesmo diante da correção técnica, a Reitora acatou o pedido de vista da Profª Laura para que esta pudesse consultar sua base, mas registrou que a dúvida inicial partiu de um equívoco sobre o perfil profissiográfico dos postos solicitados. A Reitora colocou em votação, três propostas para agendamento da reunião extraordinária: Proposta 1 (24 horas): nenhum voto favorável. Proposta 2 (48 horas): 3 votos favoráveis e Proposta 3 (72 horas): 6 votos favoráveis. Dessa forma, foi aprovada a proposta 3 e agendada a reunião extraordinária do Conselho, para segunda-feira, dia 17 de agosto, às 14h30, para apreciar o processo que foi pedido vista (item 5) e os itens 6, 8 e 9 da pauta. Antes da apreciação do item 7, a Reitora apresentou ao Conselho uma ferramenta de Business Intelligence (BI), definindo-a como um instrumento de gestão para a UEL, desenvolvido pelo governo do estado em parceria com a Secretaria da Fazenda (SEFA) e o núcleo fazendário. Relatou que a iniciativa surgiu após a gestão ter buscado apoio junto ao estado por não possuir informações precisas sobre o orçamento da universidade. Destacou que a ferramenta permite o monitoramento do orçamento da universidade em tempo real, com atualizações de hora em hora. O sistema consolida todos os empenhos e execuções orçamentárias, divididos por fontes, como o Tesouro (LGU), recursos da Saúde (SUS) e Recursos Próprios.

Demonstrou que o BI permite visualizar o detalhamento das despesas, incluindo o orçamento por ação (como folha de pagamento), projetos vinculados ao Fundo Paraná e despesas com pessoal terceirizado. Citou especificamente o acompanhamento das Outras Despesas Correntes (ODC), permitindo identificar o que já foi empenhado, liquidado e pago, além do saldo disponível em cada rubrica. A Reitora enfatizou que, com o uso desta ferramenta, o Conselho de Administração passa a ter respaldo técnico e financeiro para suas decisões, evitando contratações sem previsão orçamentária ou material de trabalho. Com dados precisos, a universidade pode contestar análises superficiais do estado e demonstrar tecnicamente a real necessidade de suplementações orçamentárias, separando o que é recurso livre do que são convênios vinculados a obras ou projetos específicos. **7) Processo 24.774.843-1 - Convênio a ser celebrado entre a UEL e o Ministério Público Federal para a realização de estágios (Relatora: Profª Dra. Marci Batistão).** Profª Marci relatou que o processo tramita desde 2015 e sofreu atrasos devido a uma série de solicitações de ajustes feitas pela Procuradoria Jurídica (PJU) da época, as quais o Ministério Público Federal não concordou em acatar. Informou que a Prograd solicitou uma reconsideração amparada por um parecer da assessoria técnica, a qual indicou que a aceitação dos termos propostos pelo MPF não acarreta ônus ou prejuízos à universidade. Marci detalhou pontos específicos da reconsideração: Prazos Contratuais: Esclareceu que a rigidez da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) visa proteger o mercado e não se aplica necessariamente às relações de estágio, que possuem necessidade pedagógica própria. Resoluções do CEPE: Explicou que o MPF negou a inserção direta da resolução interna da UEL no convênio, mas que isso não é problemático, pois as garantias aos estudantes são estabelecidas no Termo de Compromisso individual, e não apenas no convênio macro. Bolsa-Auxílio e Foro: Argumentou que o MPF já está sujeito às leis federais que preveem o pagamento de bolsa e que a manutenção do foro em Curitiba não traz perdas reais, defendendo a aprovação da minuta para manter uma relação de estágio que já ocorre há 14 anos. Profª Inês questionou se a ausência de previsão de bolsa no convênio implicaria em estágios gratuitos, observando que o estágio sem bolsa geralmente se restringe ao modelo obrigatório. Além disso, expressou dúvida sobre a necessidade de um acordo de cooperação formal por parte da universidade para estágios não obrigatórios, argumentando que, como os ministérios realizam seleções próprias e os alunos podem firmar contratos diretamente, a UEL não precisaria dessa vinculação contratual macro, comparando com o que ocorre em

escritórios de advocacia. Profª Marci explicou que a universidade possui a responsabilidade de acompanhamento pedagógico mesmo em estágios não obrigatórios. Ressaltou que o convênio entre a UEL e a unidade concedente é a "moldura macro" necessária para que o vínculo exista juridicamente. Afirmou que, sem a celebração deste termo de convênio inicial, não é possível estabelecer o estágio e formalizar os documentos individuais dos estudantes. Colocado em regime de votação, o Convênio a ser celebrado entre a UEL e o Ministério Público Federal para a realização de estágios, foi aprovado por unanimidade. Em função do adiantado da hora, os itens 6, 8 e 9, serão apreciados na reunião extraordinária do dia 17 de agosto, juntamente com o item 5, que foi retirado de pauta , atendendo pedido de vista formulado pela profª Laura Brandini. 6) Processo 24.813.873-4 - deliberar acerca da Prestação de Contas Final do Programa de Atendimento à Sociedade – PAS TV UEL, desenvolvido em convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina – FAUEL (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri). 8)Indicação de um representante do CA como membro do conselho da FUNCETIC em substituição da profa. Dr. Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues. 9)Referendar a decisão do Vice-Reitor referente à autorização de transporte para participação de estudantes da UEL no 3º Encontro de Mulheres Estudantes da União Paranaense dos Estudantes (3º EME da UPE). **II.INFORMES**. Prof. Miguel Piccirillo informou que as inscrições para o vestibular da UEL foram prorrogadas até o dia 17 de agosto. A decisão atendeu a uma solicitação do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros) e de movimentos negros. O motivo principal foi a mudança recente no regramento do concurso, que passou a exigir a elaboração de um vídeo para o processo de heteroidentificação. Muitos candidatos relataram dificuldades técnicas e operacionais para cumprir essa nova exigência em tempo hábil. Comunicou que a universidade atingiu a marca de 20.000 inscritos até aquele momento. No entanto, ressalvou que esse número se refere a inscrições realizadas no sistema, ainda pendentes da confirmação do pagamento para serem validadas como efetivas. Profª Marci reforçou a importância da prorrogação, explicando que as alterações nas políticas de cotas e heteroidentificação foram estabelecidas por um ato executivo aprovado em 29 de maio, apenas dez dias antes da posse da nova gestão. Destacou que o curto espaço de tempo impediu que o tema fosse tratado adequadamente durante o processo de transição da Prograd. Segundo ela, a gestão teve menos de um mês para estruturar um projeto complexo, que envolveu a criação de um sistema inédito pela ATI (Assessoria de Tecnologia de Informação) para recepcionar e

processar os vídeos dos candidatos. Enfatizou que, se o processo foi tecnicamente desafiador para a administração, foi ainda mais difícil para o público-alvo das políticas de cotas. Por isso, a prorrogação foi considerada essencial para garantir a inclusão e a correta aplicação das novas regras sem prejudicar os vestibulandos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores lavrei esta ata, que após aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

Andréa Name Colado Simão _____
Reitora

Miguel Belinati Piccirillo _____
Vice-Reitor

Laura Taddei Brandini _____
Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

João Antonio Cyrino Zequi _____
Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alex Eduardo Gallo _____
Vice-Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alan Salvany Felinto _____
Diretor do Centro de Ciências Exatas

Carlos Eduardo Caldarelli _____
Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Carrie Chueiri Ramos Galvan _____
Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Inês Cristina de Batista Fonseca _____
Diretora do Centro de Ciências Agrárias

José Fernando Mangili Júnior _____
Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Luis Alberto Freitas Garcia _____
Vice-Diretor do Centro de Educação Física e Esporte

Aurélio Pereira _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Waldiceu Verri Junior _____
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Benedita Gonçalves de Assis Ribeiro _____
Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade

Soraia Martinez Silva Carmo _____

Pró-Reitora de Administração e Finanças

Marci Batistão _____
Pró-Reitora de Graduação

Vera Lúcia Tieko Suguihiro _____
Pró-Reitora de Recursos Humanos

Amauri Alcindo Alfieri _____
Pró-Reitor de Planejamento